

UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA HOMOPARENTAL

Anna Luzia de Oliveira
Mestranda em educação pela UFPB
annaluz_uzl@yahoo.com.br

Orientador: Ricardo de F. Lucena
Doutor PPGE/UFPB
cacolucena@gmail.com

RESUMO

A família e a escola são as duas principais instituições responsáveis pelo processo educativo das crianças. Contudo, nem sempre foi assim. Ao longo dos séculos, essas instituições e sua inter-relação mudaram: a família não é mais a mesma, nuclear, monogâmica e heterossexual em sua maioria, e a escola que antes se preocupava com cuidados físicos, sociais e intelectuais, na atualidade assumiu as funções econômica e ideológica como prioridade. Com isso, a inter-relação entre essas instituições se modificaram, ficando cheia de contradições e expectativa irreais. Assim, com base na teoria Elisiana, pretende-se analisar a relação família-escola no processo civilizatório dos sujeitos, sobretudo a partir das organizações familiares e escolares da contemporaneidade, especialmente a família homoparental. Esta, que comumente desperta polêmica, por encontrar-se em dissonância com as raízes biológicas da família comporta por pai/homem, mãe/mulher e filho/a, e por levantar fantasia a respeito de seus efeitos no processo educacional das crianças. Assim, a escola, que ainda espera essa família idealizada e nuclear, precisa avançar na compreensão dessa realidade, para evitar a disseminação de discursos preconceituosos e contribuir para o reconhecimento da diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Relação família escola, Processo civilizador e Homoparentalidade.

ABSTRACT

The family and the school are the two main institutions responsible for the educational process of children. However, it was not always so. Over the centuries, these institutions and their relationship changed: the family is no longer the same, nuclear, monogamous, heterosexual mostly school and before that cared about physical, social and intellectual care, today assumed the economic and ideological functions as a priority. With this, the inter-relationship between these institutions have changed, becoming full of contradictions and unrealistic expectation, So based on the theory Elisiana, we intend to analyze the family-school relationship in the civilizing process of the subject, especially from family organizations school and the contemporary, especially homoparental family. This, it commonly stirs controversy by find themselves in disagreement with the biological family roots involves a father / man, mother / wife and son / daughter, and for raising fancy about their effects in the educational process of children. Thus, the school, which is still waiting and this idealized nuclear family, needs to advance understanding of this reality, to prevent the spread of prejudiced discourse and contribute to the recognition of diversity.

KEYWORDS: Family school relationship, civilizing process and Homoparenthood.

INTRODUÇÃO

Pensar a relação família e escola é reconhecer que são instituições que têm um papel central no processo de socialização/educação das pessoas, chamado por Norbert Elias (1994) de “processo civilizatório”, que representa a inserção das crianças no

universo de normas e padrões de comportamento, controle das emoções e sociabilidade, considerado essencial para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

O referido sociólogo afirma que os seres humanos são dotados de equipamentos biológicos que possibilita que os comportamentos adquiridos sejam dominadores dos comportamentos inatos, ou seja, o ser humano não apenas pode aprender mais que qualquer outra espécie, como deve aprender mais para se tornar indivíduo funcional. Portanto, os humanos se tornam dependentes das formas adquiridas de conhecimento pré-existente para se orientar na sociedade (ELIAS, 1994).

Nesse sentido, as crianças precisam adquirir a capacidade de autocontrole de suas pulsões e afetos, ou seja, precisam desenvolver a capacidade de auto-regulação para tornarem-se educadas, adultas, “civilizadas”.

Dado que os seres humanos, diferentemente de muitos outros seres vivos, não possuem uma regulação nativa dos afetos e pulsões, eles não podem prescindir da mobilização de sua disposição natural rumo à auto-regulação mediante o aprendizado pessoal dos controles dos afetos e pulsões, no sentido de um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que possam conviver consigo mesmo e com os outros seres humanos. (ELIAS, 2006, p. 21)

Assim, os grupos sociais são de suma importância para a formação de cada indivíduo e para o desenvolvimento do processo civilizatório. Como nos afirma Elias (1994, p. 31):

[...] para se tornar psiquicamente adulto, o indivíduo humano, a criança, não pode prescindir da relação com seres mais velhos e mais poderosos. Sem a assimilação de modelos sociais previamente formados, de partes e produtos desses seres mais poderosos, e sem a moldagem de suas funções psíquicas que eles acarretam, a criança continua a ser, pouco mais que um animal.

Nesse sentido, os conhecimentos adquiridos, que inicialmente foram conduzidos pela igreja e posteriormente pela família, no contexto de consolidação de uma sociedade industrializada, esse processo civilizatório/educativo se acentuou e passou a ser responsabilidade da família e da escola.

Visto isto, o presente trabalho caminha na direção de nos instigar a pensar sobre a relação família e escola nesse processo civilizador, sobretudo a partir das organizações familiares e escolares da contemporaneidade, especialmente a família homoparental, que é aquela formada por duas pessoas do mesmo sexo, com filhos naturais ou adotivos.

Assim, ancorado nas bases teóricas de Norbert Elias, inicialmente será realizado uma análise comparativa da família e da escola e suas inter-relações em dois momentos distintos: na era da família tradicional e na contemporaneidade, marcada pela

multiplicidade de famílias e, posteriormente, reflexões acerca de como se processa as relações entre escola e famílias homoparentais. Como afirmou Elias (2006, p. 37), “O processo civilizador pode ser demonstrado inequivocamente, com a ajuda de comparações sistemáticas, tanto entre estágios diferentes de uma mesma sociedade quanto entre sociedades distintas”.

Família, escola e o processo civilizatório

Historicamente, educar não foi uma atribuição exclusiva dos pais/mães biológicos, da família, nem da escola. Segundo Sarat (2009) a princípio a responsabilidade pela educação das crianças era uma função assumida coletivamente, onde todos participavam - vizinhos, familiares, pessoas próximas - inclusive a igreja, que por muito tempo foi responsável por ensinar as regras, manter os costumes e padrões de comportamentos, através do catecismo.

A partir dos séculos XVII e XVIII, a família e a escola foram tornando-se as principais instituições responsáveis para impor limites, imprimir valores, padrões e condutas de comportamentos às crianças. Por isso, pensar o processo civilizatório em nossa sociedade sugere refletir sobre as interações entre a família e a escola nesse processo.

Para Sarat (2009) a ideia de que a família é a responsável por controlar os impulsos e modelar o comportamento das crianças está presente em termos, pois não é somente a família que está envolvida nesse processo, mas também as instituições que a criança está inserida, dentre elas a escola.

Só a aprendizagem da leitura e da escrita, bem como da aritmética, demanda um alto grau de regulação dos impulsos e afetos; mesmo na sua forma mais elementar, toma pelo menos dois ou três anos da infância e, no geral, requer uma ocupação parcial dentro de alguma instituição fora da família, comumente a escola. (ELIAS, 2012, p. 485)

Visto o reconhecimento dessas instituições como as mais responsáveis pelo processo de educação das crianças, sobretudo a partir do século XIX, criou-se um modelo tradicional de transmissão desses aprendizados, que perpetua no imaginário social até a atualidade.

Assim, segundo Santos (2009), nos primeiros anos de vida, a família realiza a socialização primária e, nos anos seguintes, encaminha a criança para que a escola conduza a socialização secundária. A socialização primária como a inserção da criança

no universo de padrões básicos de comportamentos e convívio social e a socialização secundária como a continuidade da inserção inicial e a integração das crianças num universo de leis, normas e de distinção de posturas entre o público e o privado.

Contudo, a partir da segunda metade do século XX, com profundas transformações ocorridas na sociedade como o declínio do patriarcalismo, aumento do número de divórcio, controle de natalidade e inserção da mulher no mercado de trabalho, esse modelo de família, de escola e de socialização também se modificaram, a ponto de iniciar uma indefinição na divisão de papéis na educação das crianças.

Segundo Elias (2012, p. 483), o processo de civilização de um sujeito, ou seja, a socialização das crianças é regida por um modelo de regulação típico de cada sociedade. “no curso de um processo civilizador individual, o potencial biológico é atualizado segundo a medida e o modelo de regulação dos afetos e pulsões à maneira que a sociedade os desenvolveu e os prescreveu.”

Anteriormente a família era representada pelo casamento entre homem e mulher, com o objetivo de constituir uma prole e educá-la, fundada na autoridade paterna em relação aos demais membros da família e as funções eram rigorosamente definidas: a mulher era encarregada de ser mãe e esposa, e o homem, pai provedor, tinha por direito eleger as normas e ordens a serem respeitadas, representando a figura de autoridade da família.

A escola, nesse mesmo período, era pequena, comunitária e personalizada, de modo que era de sua competência cuidados físicos, atenção, nutrição, além de transmissão de hábitos, boas maneiras e conhecimentos científicos. (CARVALHO, 2004)

Nessa conjuntura, a inter-relação entre família e escola caracterizava-se por uma relação de proximidade, pois os pais tinham tempo para comparecer na escola, era uma relação dita como tranquila, cujos papéis se complementariam, uma vez que, caberia a escola dar continuidade a educação que fora iniciada no âmbito familiar, de modo a preparar os jovens para o convívio social “civilizado”.

Na contemporaneidade a família se caracteriza por um poder isonômico entre os conjugues, não sendo mais exclusividade do pai. Hoje, as relações se dão de forma horizontal, todos os membros têm os mesmos direitos em opinar nas decisões a serem tomadas, por meio de contratos, onde as regras são combinadas e não mais impostas pela autoridade paterna.

E a escola, também se modificou, tornando-se mais distante da realidade individual de cada aluno, grandes e massificadas. Segundo Carvalho (2004) a escola assumiu funções econômicas e ideológicas, uma vez que se tornou o lugar de educação pública, encarregada da reprodução da cultura letrada, dos valores sociopolíticos e da qualificação para o trabalho.

Por conseguinte, muitas foram as transformações e conflitos que surgiram na relação família-escola. A família/pais parece não ter mais condições para realizar a socialização primária, pois pouco interage/dialoga com os filhos. Com isso, transfere grande parte dessa educação para a escola. Esta, por sua vez, por já se encontrar sobrecarregada com a transmissão de conhecimentos intelectuais e científicos, não consegue contribuir mais, como fora em outros momentos, com o processo de transmissão de valores e costumes, pois está preparada para atender apenas as crianças cuja socialização primária já esteja efetivada pela família.

Quanto a esses processos sociais de mudanças nas instituições famílias e escolas e suas inter-relações, para Elias (2006), não se deve atribuir um sentido valorativo de que elas são boas ou ruins, mas resultados de um processo histórico, contínuo, não planejado e em várias direções e dimensões:

O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações – de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. Em ambos os casos, o critério são puramente objetivos. Eles independem do fato de o respectivo observador as considerar bons ou ruins. (ELIAS, 2006, p. 27)

Apesar disso, permanece no imaginário social brasileiro a valorização de um modelo idealizado de família, de escola e da inter-relação entre essas duas instituições, o que muito contribuiu para as dificuldades dessas instituições em conduzir o processo educativo, tendo em vista que permanecem nas lamentações e na busca por culpados frente a todos esse desencontro.

Assim, a família encaminha seus filhos para a educação escolar, muitas vezes se eximindo de algumas de suas responsabilidades, e a escola espera que a família participe ativamente de todo o processo de escolarização de seu filho. Conforme Santos (2009), a família espera da escola a inserção do aluno no universo de padrões de convívio, e a escola espera que a família já tenha realizado esse papel.

Contudo, visto a ocorrência de fracassos no aprendizado ou no comportamento dos alunos, a relação família-escola logo é afetada. Inicia-se um debate em torno de

quem é o culpado: a família responsabiliza a escola, pois parece não estar dando conta de suas responsabilidades: “professor não explica direito”, “escassez de recursos didáticos”, “turmas numerosas” e “pouca atenção dada aos alunos”, são algumas das falas proferidas. A escola, logo culpa a família, quanto ao comportamento, “por não ter dado a educação de berço”, “por ser filho de pais separados”, “não conviver com o pai”, entre outros. E quanto aos déficits na aprendizagem, culpa a família por “não acompanhar o processo de ensino-aprendizagem”, “não ter tempo para fazer as tarefas e estudar com filhos”, “não pagar professores de reforços”, etc.

É neste desencontro de ideais e contradições de expectativas que se fundamenta a crescente busca por uma inter-relação efetiva entre escola e família, sobretudo na contemporaneidade, onde a escola insiste na espera de famílias idealizadas, mas que, hoje, a família não é mais a mesma de ontem, pois embora a família nuclear, monogâmica, heterossexual e com tempo para se dedicar aos filhos ainda exista em nossa sociedade, percebe-se que não é mais o modelo exclusivo.

Para Elias (2012), na atualidade, propagam-se uma imagem ideal completamente irreal de família e que muito domina o pensamento das pessoas:

[...] propagam a ideia de uma família como uma figuração de indivíduos simplesmente imutáveis, eternamente uniformes, quando a observação distanciada revela justamente a extraordinária mutabilidade da família como uma característica sobressalente das relações familiares humanas, a diferença das famílias de muitos outros seres vivos. (ELIAS, 2012, p. 492).

Assim, é nesse contexto de desencontro entre a família que temos e a família que a escola deseja e idealiza que as novas configurações familiares têm sido alvo de discussão e questionamentos, sobretudo a família homoparental. Mas, o que podemos dizer da relação escola e família homoparental no processo civilizatório?

Família homoparental e a escola

Cada vez mais é unânime a ideia de que é de fundamental importância que a família e a escola estejam em consonância para que os sujeitos possam ter um desenvolvimento holístico e saudável. Para tanto, a escola precisa acompanhar as transformações pelas quais vem sofrendo a instituição família, afinal é não se pode falar em um único modelo de família.

A naturalização da família composta por pai (homem), mãe (mulher) e filho/a, impondo-se como uma verdade incontestável por estar em consonância com as raízes

biológicas, não abre espaço para a configuração familiar homoparental (UZIEL, 2007). E é nesse contexto, que se inserem as discussões sobre a homoparentalidade em meio a referência a esse modelo tradicional e às definições vagas e imprecisas de família,

O termo homoparentalidade é tradução do francês homoparentalité, cunhado em 1997 pela Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens (APGL) em Paris. Refere-se à situação familiar na qual, no mínimo, o pai ou a mãe se assume como homossexual (UZIEL, 2008).

Trata-se de uma modalidade familiar que apresenta mudanças significativas nas relações parentais e conjugais, uma vez que destitui um princípio fundamental na constituição do grupo familiar, a saber, a diferenciação sexual, o que acaba por ocasionar sua condenação a priori, deixando aos homossexuais o grande desafio de encontrar uma forma menos dolorosa para a realização do seu desejo de ter filhos/as, sobretudo, em virtude do preconceito social.

As indagações mais comuns dizem respeito à possibilidade de a orientação sexual dos pais/mães interferir no desenvolvimento da afetividade dos filhos/as, bem como os possíveis prejuízos vindos da falta dos referenciais maternos (mãe/mulher) e paternos (pai/homem) na educação da criança. Como afirma Uziel (2007, p. 202) “[...] a homossexualidade dos pais parece ser tão forte que ameaça, inclusive, a ordenação simbólica constitutiva do sujeito”.

Até hoje não há indícios de que crianças deixadas aos cuidados de casais homossexuais tenham problemas psíquicos diferentes daqueles enfrentados por meninos e meninas de famílias heterossexuais. Dessa forma, por que teríamos que atribuir a função de pai a um homem, a função de mãe a uma mulher e a parentalidade a um casal heterossexual? São referências sustentadas em razões construídas histórica, social, cultural e psiquicamente. Segundo Elias (2012), a ideia inventada de uma família nuclear e imutável ajuda a perpetuar uma imagem fantasiosa e irreal de família na maior parte das sociedades.

A escola, por ser a segunda instituição educativa, está totalmente envolvida neste cenário, sobretudo porque, além de participar da formação dos sujeitos nos aspectos cognitivo e socioemocionais, também é responsável por inserir os jovens no sistema de valores, normas e condutas vivenciados pela sociedade.

Segundo Costa, Fossatti e Neto (2010), o modelo de família referenciado pelos profissionais da educação é o da família tradicional, formado por homem e mulher casado, com envolvimento afetivo e sexual sendo exercido exclusivamente no par

conjugal e com filhos/as que coabitam. Todas as outras formas de arranjos familiares são percebidas como “desestruturadas” e “desajustadas”, e essa transformação entendida como negativa.

A ideia de que a família tradicional (pai, mãe e filho/a), visualizada como normal e a correta, é o parâmetro ideal de família que a escola espera. Desse modo, é explícita a forma como a escola reproduz essa concepção hegemônica de formação familiar, como por exemplo, a forma como as questões familiares entram no planejamento das aulas e das festividades baseadas em datas comemorativas (dia dos pais e das mães).

Assim, Cruz (2008), ao estudar a concepção de professores/as de uma escola pública de Salvador, evidenciou que a manutenção desse ideal de família tende a afastar as famílias que não possuem tal padrão.

Nesse sentido, as escolas ignoram o fato de existirem constituições familiares diversas, o que acaba por tornar muitos casos “invisíveis”, o que parece representar um não reconhecimento da homoparentalidade como parentalidade legítima pela comunidade escolar, o que há é a negação da realidade,

É fato, homens e mulheres homossexuais estão exercendo a parentalidade, e nesse contexto a escola precisa perceber os desafios emergenciais da contemporaneidade, uma vez que o fazer pedagógico está associado às questões socioeconômicas, políticas e afetivas (familiares).

Conforme já fora dito, e como nos assevera Costa, Fossatti e Neto (2010), a aproximação família-instituição educacional representa um fator relevante na qualidade da educação oferecida em ambas as instituições. Portanto, este cenário denuncia a necessidade de ampliação do conhecimento sobre as famílias homoparentais e sua aproximação com a instituição escolar, de modo que essas famílias possuam um espaço de visibilidade.

Desse modo, a escola (educadores e professores) não pode se furtar frente a essa realidade que está cada vez mais presente, de modo que precisa reconhecer a necessidade de discussão sobre essas novas configurações familiares, na perspectiva de abrir espaço de reflexão sobre o entendimento do ser em sua totalidade, contribuindo para o fazer pedagógico. Como nos assevera Santos (1999) os novos conhecimentos científicos permitem analisar e identificar as novas necessidades educacionais, podendo ser revisada em sua função social, objetivo, estrutura e dinâmica.

Considerações ... longe de serem finais

Percebeu-se que desde o reconhecimento de escola e família como as principais instituições responsáveis pelo processo de socialização/educativo das crianças, que essas duas instituições encontram-se entrelaçadas, de modo que, a família valoriza que a escola continue o processo de aprendizagem de seus filhos/as e a escola, por sua vez, valoriza e espera a participação ativa da família na trajetória educativa dos/as educandos/as.

Porém, trata-se de um entrelaçamento cheio de contradições e expectativas que nem sempre condizem com as desejadas, pois, em virtude das mudanças ocorridas nessas instituições, a definição de seus papéis já não está muito definido, como já fora em tempos passados.

Contudo, visto a importância dessas duas instituições na constituição dos sujeitos, comprova-se que as relações escola-família são de interdependência, representando um fator relevante na qualidade da educação oferecida por ambas as instituições.

Entretanto, todo o cenário exposto evidenciou que a escola ainda precisa ampliar seus conhecimentos sobre a família homoparental, bem como ampliar suas reflexões sobre esta realidade. Afinal, acredita-se que o seu papel é de evitar a disseminação de discursos carregados de preconceitos e de compreender esses novos processos, e assim caminhar na direção do reconhecimento e respeito da diversidade, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e diversificada.

Para tanto, a escola precisa abrir mão da tentativa incessante de reconhecer e legitimar somente a família nuclear e imutável, presente no imaginário social, para desse modo, não cair na ideia de que as dificuldades existentes no processo ensino-aprendizagem decorrem da “desestruturação” familiar, isso para dizer que esses sujeitos não possuem famílias “perfeitas”, esperadas, compostas por um casal heterossexual, preparados para educar sua prole.

Ademais, acredita-se que o presente estudo poderá servir de alerta para os educadores e demais profissionais que poderão lidar, direta ou indiretamente, com essa organização familiar, em não se posicionarem de forma precipitada e a seguirem com cautela na compreensão de questões de gênero e sexualidade, já que, quanto ao desenvolvimento psíquico das crianças e ao processo educacional, parece que não há

nada que “contraindique” a maternidade ou a paternidade em função da orientação homossexual.

Nesse sentido, como nos assevera Elias (2012), cada relação familiar é um processo, as relações estão sempre mudando e o desafio se coloca de novo e de novo, e, por isso, a necessidade de compreender as relações humanas nunca se acaba.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. E. P. Modos de Educação, Gênero e Relações Escola-família. **Caderno de pesquisas**. n. 121, p. 41-58, jan/abr. 2004.

COSTA, G. M; FOSSATTI, P; NETO, J. A. S. **Diversidades Familiares e Relação entre Família e Escola no Contexto da Educação Básica**. [S.l.: s.n.], [2010]. Disponível em : <
http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Basica/Trabalho/09_29_12_DIVERSIDADES_FAMILIARES_E_RELACAO_ENTRE_FAMILIA_E_ESCOLA_NO_CONTEXTO_DA_EDUCACAO_BASICA.PDF>. Acesso em: 25 jul. 2014.

CRUZ, A. R. S. **A relação escola e famílias: concepções elaboradas por agentes educadores no âmbito de uma escola pública dos anos iniciais do ensino fundamental**. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008,

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

ELIAS, N. **Ensaio & Escritos** 1. NEIBURG, F. e WAIZBORT, L. (Org.). Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2006.

ELIAS, N. A civilização dos pais. **Soc. estado.**, Brasília , v. 27, n. 3, Dec. 2012.

SANTOS, R. O papel da família e da escolar no processo contemporâneo de socialização primária: uma reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. In: GOETTERT, J. D; SARAT, M. (Org.) **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourado, MG: Editora da UFGD, 2009. p. 155-176.

SANTOS, S. S. Matriculando o corpo na escola: o diálogo da educação física com as outras disciplinas. In: RIBEIRO M. (Org.) **O pensar e o prazer: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Editora Gente, 1999.

SARAT, M. Relações entre gerações e processos “civilizadores”. In: GOETTERT, J. D; SARAT, M. (Org.) **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourado, MG: Editora da UFGD, 2009. p. 103-119.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.